



Na oficina realizada em Brasília, especialistas debateram soluções para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco

Consumo de cigarros ilegais cai pelo segundo ano consecutivo no Brasil

O consumo de cigarros ilegais e a proporção desses produtos no mercado nacional caiu em 2018, seguindo a tendência iniciada no ano anterior. É o que aponta uma atualização do estudo *Redução do consumo de cigarros ilegais no Brasil: o que realmente significa?*, lançado pelo INCA no dia 4 de dezembro.

Publicada na revista científica *Tobacco Control*, a pesquisa foi divulgada durante a oficina internacional de trabalho para promover a ratificação e a implementação do protocolo da Convenção-Quadro para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco. O evento foi realizado em Brasília, nos dias 3 e 4 de dezembro, data escolhida em função do Dia Nacional de Combate à Pirataria.

Após registrar elevação a partir de 2014, o consumo de cigarros ilegais no Brasil chegou a 39,7 bilhões de unidades em 2016, recuou para 34,9 bilhões em 2017 e manteve a tendência de queda em 2018, quando o consumo foi de 26,2 bilhões de unidades, segundo o levantamento.

O percentual dos produtos ilegais no mercado total de cigarros no País seguiu o mesmo padrão. A participação cresceu a partir de 2014, atingiu 42,8% do mercado total em 2016 e declinou para 38,5%, em 2017, e 31,4%, em 2018.

No caso de cigarros legais, o padrão foi inverso. Após diminuir continuamente até 53,1 bilhões de unidades em 2016, o consumo subiu para 55,8 bilhões em 2017 e 57,2 bilhões em 2018.

Os resultados do estudo evidenciam que, diferentemente do que divulga a indústria tabagista brasileira, não há um forte crescimento no consumo de cigarros ilegais contrabandeados do Paraguai. Ao contrário, esses produtos estão perdendo mercado.

“Sabemos que a política de elevação de impostos e preços mínimos dos cigarros legais foi a medida mais efetiva para a redução do tabagismo no Brasil. Ao anunciar uma

falsa expansão do consumo de cigarros ilegais, a indústria busca subsidiar o argumento de que é necessário reduzir impostos e preços para coibir o contrabando”, afirma o autor principal do estudo, o pesquisador André Szklo, da Divisão de Pesquisa Populacional do INCA.

Protocolo visa combate ao contrabando

Em relação ao grave problema do contrabando de cigarros, os especialistas do Instituto recomendam a implementação do Protocolo para Eliminar o Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco, uma das medidas preconizadas pela Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Controle do Tabaco.

A proposta foi ratificada pelo Senado brasileiro em 2017 e promulgada no ano seguinte pelo presidente da República. A oficina internacional de trabalho reuniu representantes de instituições do Brasil e países vizinhos, inclusive do Paraguai, para discutir a iniciativa e outras formas de colaboração entre as nações.

As ações de segurança pública e aduanas, um dos componentes centrais do Protocolo, mereceram destaque no encontro, com as intervenções de representantes de órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), Secretaria de Operações Integradas (Seopi) da Polícia Federal e Conselho Nacional de Combate à Pirataria.

“Nosso programa de controle do tabagismo reduziu em um terço o número de fumantes no Brasil, salvando centenas de milhares de vidas e reduzindo custos diretos e indiretos bilionários. Mas precisamos avançar com o aumento de impostos e preços dos cigarros legais e a implementação do Protocolo”, conclui Tânia Cavalcante, secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ/INCA).